

MINISTÉRIO ORDENADO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Taborda, Francisco
Ministério ordenado : ontem, hoje, amanhã / Francisco Taborda. - São Paulo :
Paulus, 2026. (Coleção Biblioteca de Teologia)

ISBN 978-85-349-6553-8

1. Ministério - Igreja Católica 2. Teologia pastoral I. Título II. Série

26-2776

CDD 262.14

Índice para catálogo sistemático:

1. Ministério - Igreja Católica

Coleção **BIBLIOTECA DE TEOLOGIA**

- *À sombra do Altíssimo: a relação singular entre o Espírito Santo e Maria*, Jonas Nogueira da Costa
- *O cristão do futuro*, Karl Rahner
- *Ele está no meio de nós: uma cristologia do encontro*, Gabriel Perissé
- *Teologia moral em saída: desfazer nós e enfrentar desafios*, Julio L. Martínez
- *A credibilidade da proposta cristã*, Lluís Oviedo Torró
- *Espaços litúrgicos de mulheres: revisar o passado, transformar o presente, desenhar o futuro*, Paula Depalma
- *Desumanidade: reflexões sobre o mal moral*, José Ignacio González Faus
- *Teologia da revelação*, René Latourelle
- *A religiosidade popular: lugar teológico para a nova evangelização*, Daniel Cuesta Gómez
- *No final nada? Sobre a ressurreição e a vida eterna*, Gerhard Lohfink
- *Deus às margens: a revelação de Deus nos tempos de secularização*, Francesco Cosentino
- *Eucaristia: compreender, viver e celebrar*, George Augustin (org.)
- *Esperança de vida eterna: força para agir hoje*, Walter Kasper; George Augustin (orgs.)
- *Da necessidade e da bênção da oração*, Karl Rahner
- *Mudança estrutural na Igreja como tarefa e oportunidade*, Karl Rahner
- *Não apaguem o Espírito!*, Karl Rahner
- *Quem é teu irmão?*, Karl Rahner
- *Ministério ordenado: ontem, hoje, amanhã*, Francisco Taborda
- *Servir a humanidade, servir a Igreja: uma proposta teológica e pastoral sobre o diaconato*, Serena Noceti

FRANCISCO TABORDA, SJ

MINISTÉRIO ORDENADO

Ontem – Hoje – Amanhã



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Revisão

Tiago José Risi Leme

André Odashima

Tarsila Doná

Design

Alicia de Sousa Camelo

Impressão e acabamento

PAULUS

1ª edição, 2026



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS, 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-6553-8

ÍNDICE

Prefácio	7
Prólogo	9
I. O MINISTÉRIO ORDENADO: ASPECTOS HISTÓRICO-TEOLÓGICOS (UM ENSAIO)	11
1. Figuras históricas do episcopado	13
1.1 O episcopado coletivo ou colegiado (até os séculos II-III)	14
1.2 O monepiscopado (a partir de meados do século II)	17
1.3 O episcopado, mera “dignidade”	20
1.4 O episcopado como sacramento e a colegialidade episcopal (Vaticano II)	26
2. Figuras históricas do presbiterado	27
2.1 Do presbitério coletivo ao conselho do bispo (séculos I-III)	28
2.2 A perda da consciência da colegialidade presbiteral (a partir do século IV)	30
2.3 O “monopólio” presbiteral do ministério ordenado e de toda atuação eclesial (século VII)	31
2.4 Cristalização da concepção medieval no Concílio de Trento (século XVI)	33
2.5 O presbiterado à luz do Concílio Vaticano II	37
3. Figuras históricas do diaconado	39
3.1 A ascensão do diaconado (séculos I-III)	40
3.2 Apogeu e declínio do diaconado	43
3.3 A restauração do diaconado pelo Concílio Vaticano II	51
Palavras conclusivas	55

II. DESAFIOS ATUAIS AO MINISTÉRIO ORDENADO NA REALIDADE DO BRASIL.....	59
1. Eclesializar o ministério	60
2. Dessacerdotalizar o ministério	71
3. Dessacralizar o ministério	75
4. Missionarizar o ministério	82
5. “Gentificar” os ministros	90
Concluindo... ..	95

PREFÁCIO

Este livro tem sua origem no êxito obtido por um artigo publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB, v. 84, n. 329, p. 762-793, set./dez. 2024), que constitui a segunda parte da presente publicação. O artigo foi escrito como resposta a uma provocação feita por dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte, e pelo Prof. Pe. Dr. Luís Henrique Eloy e Silva, reitor da PUC/Minas, para corresponder ao desejo do cardeal Marc Ouellet, ex-membro da Cúria Romana que então presidia a Congregação dos Bispos. Como teólogo, o cardeal elaborara uma teologia do ministério ordenado que queria tornar conhecida em viagem a quatro capitais do Brasil. Certamente para valorizar a produção teológica local, desejou que um teólogo da capital visitada apresentasse na ocasião algum tema referente ao assunto. O reitor da PUC/Minas propôs-me o tema “Desafios atuais ao sacerdócio ministerial na realidade do Brasil”. Este não seria um tema para mim, pois não é o tipo de reflexão que costumo praticar. Quem se haveria de sentir muito à vontade seria meu colega e amigo de feliz memória, Pe. João Batista Libânio, sj, que, exatamente há dez anos, foi chamado para a casa do Pai. Diante do problema que se me apresentava, lancei mão de um expediente que há muitos anos já tinha realizado com sucesso: uma “tempestade de ideias”. Naquela ocasião, resultou no artigo “¿Qué no se mueve hoy en teología?” (*Sal Terrae*, v. 92, p. 683-690, 2004). Dadas as circunstâncias mudadas e a minha condição de emérito, ocorreu-me realizá-la virtualmente, dirigindo meu pedido de colaboração a amigos padres, leigos e ministros de outras confissões cristãs. Agradeço a todos que

responderam e espero que cada um reconheça que procurei aproveitar bem suas contribuições. A responsabilidade final do texto é, obviamente, minha.

A ideia de transformar em livro esse artigo foi de meu amigo Pe. Eliseu Wisniewski, da Congregação da Missão (Vicentinos), que, por iniciativa própria, entrou em contato com a Paulus. A essa proposta aderiu prontamente o Pe. Antônio Iraildo Alves de Brito, da Congregação dos Paulinos, que foi meu aluno e a quem orientei nos estudos de teologia. A ambos agradeço de coração.

Mas eu tinha ainda um problema em relação ao livro: achava que seria muito “magro” para se tornar livro. Por isso, sugeri republicar outro artigo anterior que escrevera a pedido do frei Luís Antônio Pinheiro, agostiniano, ex-aluno e amigo, para uma publicação da arquidiocese de Belo Horizonte em comemoração ao centenário de sua ereção canônica. Nesse trabalho, eu esboçava a história dos três graus do ministério ordenado. Tomei a liberdade de publicar esse texto na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB, v. 78, n. 311, p. 636-678, set./dez. 2018).

Considerando o conjunto dos dois artigos, o título do livro surgiu como que espontaneamente: *Ministério ordenado: ontem – hoje – amanhã*.

Francisco Taborda, sj
Belo Horizonte, 30 de março de 2025, domingo *Laetare*

PRÓLOGO

O título deste pequeno livro, *Ministério ordenado: ontem – hoje – amanhã*, pode parecer muito pretencioso, mas corresponde a seu conteúdo. O “ontem” se refere à história esboçada na primeira parte. O “hoje” já abrange o final dessa primeira parte, o Concílio Vaticano II, mas é principalmente na segunda parte, sobre os desafios da atualidade ao ministério ordenado, que se explicita esse “hoje” com seus problemas e desafios já bem diferentes daqueles dos tempos do Concílio. A apresentação dos desafios da atualidade brasileira abre uma janela para o “amanhã”, mostrando como se deveriam ou poderiam enfrentar os obstáculos que surgem. Nas propostas que aí se descortinam, esboça-se como poderia ou deveria configurar-se o “amanhã” do ministério ordenado, para que seja vivido em fidelidade a sua natureza e à sadia Tradição da Igreja.

O MINISTÉRIO ORDENADO: ASPECTOS HISTÓRICO-TEOLÓGICOS (UM ENSAIO)

“O ministério eclesiástico, instituído por Deus, é exercido em ordens diversas por aqueles que desde a Antiguidade são chamados bispos, presbíteros e diáconos” (LG 28). Com esta declaração, o Concílio Vaticano II põe-nos diante dos olhos o fato da evolução dos ministérios na Igreja. Pode-se dizer que, no decorrer dos três primeiros séculos, a Igreja toma consciência de si, experimentando o que significa a fidelidade à própria natureza, recebida de Cristo, e a adaptação a novas situações e novos problemas.¹ Não se podem, pois, identificar os termos “bispo” (= *epískopos*),² “presbítero” e “diácono”, que encontramos no Novo Testamento e nos escritos dos três primeiros séculos, com o que hoje compreendemos sob essas palavras. Há uma evolução na compreensão e no modo de viver os ministérios, conforme a necessidade e as circunstâncias.

No Novo Testamento, estão claramente presentes os ministérios da Igreja que Paulo menciona em 1Cor 12,28: “primeiro, os apóstolos; segundo, os profetas; terceiro, os doutores”.³ Todos os três têm como denominador comum

¹ Cf. Cattaneo, Enrico (a cura di). *I ministeri nella chiesa antica: testi patristici dei primi tre secoli*. Milano: Paoline, 1997, 9.

² Por isso, algumas traduções atuais da Bíblia, como a Bíblia de Jerusalém, já não traduzem a palavra grega *epískopos* por “bispo”, no sobrescrito da carta aos Filipenses, nas cartas pastorais e nos Atos dos Apóstolos, mas conservam o termo “episcopo”, neologismo para designar essa função não muito claramente delimitada no Novo Testamento.

³ Cf. Cattaneo. Ob. cit. (*I ministeri*), 63-92. Tabora, Francisco. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. 3ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2022, 77-85.

o serviço à Palavra de Deus, que, pela ação do Espírito Santo, cria a comunidade daqueles que acolhem a Boa-nova e, pela fé e pelo batismo, tornam-se o corpo do Ressuscitado. A função básica do ministério na Igreja é, pois, criar uma comunidade fiel ao Evangelho do Reino, confirmado pela ressurreição de Cristo. Ora, o Reino de Deus é dos pobres, de forma que, no centro de uma vida plasmada pelo seguimento de Jesus, está a solidariedade com o necessitado (cf. Mt 25,31-46). Resulta, pois, um binômio fundamental: Palavra – Diaconia. Com este último termo, expressa-se que a comunidade de fé é chamada a ser uma comunidade fraterna, na qual, para todos serem verdadeiramente irmãos e iguais, é preciso começar pela inclusão dos excluídos.

Não se encontra, no Novo Testamento, nenhuma referência à função litúrgica desses ministros. Ela decorre de que a Palavra e a caridade se fazem gesto simbólico para reforçar o vínculo comunitário. Por isso mesmo, a quem preside a comunidade, dando-lhe o alimento da Palavra e incentivando a unidade, também competirá a presidência da celebração.

O Novo Testamento não pretende ser um código para a organização da Igreja. Somente nas entrelinhas é possível depreender quais são os princípios que regem a vida da comunidade. Mesmo os ministérios fundamentais de apóstolo, profeta e doutor não são claramente explicitados em suas funções. Basta pensar no conceito de apóstolo. Há pelo menos duas visões em jogo: a de Paulo e a de Lucas.

O ministério do profeta, por sua vez, traz consigo outros problemas. Por um lado, o Novo Testamento afirma que *todo cristão é profeta*; por outro, supõe, na comunidade cristã, a existência de *profetas, como um carisma entre outros*. Nos primeiros decênios da Igreja, é conhecida a proliferação de profetas itinerantes que percorriam as diversas comunidades. Entretanto, pelo fim do século I, quando falsos profetas, propugnadores de doutrinas heréticas, se multiplicaram,

tornou-se urgente o discernimento entre o verdadeiro e o falso profeta. A *Didaché* (fim do século I) fornece alguns critérios para discerni-los,⁴ mas parece preferir que não se dê tanta importância a esse ministério, privilegiando os ministérios locais (episcopos e diáconos), que devem assumir o ofício dos profetas e doutores e ser honrados como estes.⁵ Assim, os ministérios básicos de apóstolo, profeta e mestre se vão diluindo nos ministérios das Igrejas locais que se identificam, em linhas gerais, com o hodierno tríplice ministério e que já apareciam no Novo Testamento, de formas variadas.⁶

Com toda a cautela devida à escassez de documentos claros, pode-se ler, nas entrelinhas de muitos escritos e de variados acontecimentos dos primeiros séculos, uma evolução do tríplice ministério. Eles têm suas raízes na Igreja dos tempos apostólicos, mas evoluíram em distintas figuras históricas, conforme as vicissitudes culturais, teológicas, sociais, políticas e econômicas de cada tempo. A evolução de cada ministério está intimamente unida à evolução dos demais. Não obstante, a questão pode e deve ser tratada separadamente. Na diversidade de feições, procurou-se sempre responder aos desafios dos “sinais dos tempos”, embora não sem perigos para a fidelidade às origens.

A seguir se mostrarão as grandes linhas da evolução de cada um dos ministérios ordenados.

1. Figuras históricas do episcopado

Na história do episcopado, podem-se distinguir quatro figuras históricas que se sucedem, sem que as anteriores

⁴ Cf. *Didaché*, 11,3-12 (*Sources Chrétiennes* 248, 184-189) (Trad. bras.: *Didaché*: catecismo dos primeiros cristãos. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004). A partir de agora, a coleção *Sources Chrétiennes* (Paris: Cerf, 1941ss) será referida com a sigla *SChr*, seguida do número do volume e do número das páginas.

⁵ Cf. *ibid.*, 15,1-2 (*SChr* 248, 192-195).

⁶ Cf. Taborda. Ob. cit. (*A Igreja e seus ministros*), 85-105.

necessariamente deixem de existir: o episcopado coletivo ou colegiado, que predomina até os séculos II-III (1.1); o episcopado monárquico, monepiscopado⁷ ou episcopado de um só, que, com suas raízes no Novo Testamento, substituirá a forma anterior, em todo caso, a partir do século III (1.2); o episcopado como mera dignidade (1.3); a redescoberta do episcopado como sacramento e sua colegialidade (a partir do Vaticano II) (1.4).

1.1 O episcopado coletivo ou colegiado (até os séculos II-III)

O bispo claramente distinto do presbítero não é um dado do Novo Testamento. Neste, o epíscopo coincide, pelo menos parcialmente, com o presbítero. Talvez a distinção mais apropriada tenha sido estabelecida por Leonhard Goppelt, para quem o termo “epíscopo” designaria uma atuação na comunidade, *uma função*, o ofício de vigilância ou superintendência; o “presbítero” (literalmente: ancião), uma posição na comunidade, *um estado ou dignidade*.⁸ Em outras palavras: a função de *episkopē* (supervisão) não teria sido atribuída a uma pessoa, mas exercida colegialmente pelos presbíteros (cf. 1Pd 5,2).

Deixando o tempo do Novo Testamento, são muitos os indícios da inexistência, até meados do século II, de um só epíscopo que dirigisse a comunidade cristã.⁹ A *Didaché* recomenda escolher epíscopos (no plural) e diáconos.¹⁰

⁷ O neologismo “monepiscopado” é preferível à expressão “episcopado monárquico”, que, por um vício de linguagem, pode evocar a figura de um rei; cf. Schöllgen, G. Monepiskopat und monarchischer Episkopat. Eine Bemerkung zur Terminologie, in: *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft*, v. 77, n. 1, 146-151, 1986.

⁸ Cf. Goppelt, Leonhard. *Der erste Petrusbrief*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1978, 318-330. Goppelt fala do grupo dirigente da comunidade que, “por sua posição (são chamados) ‘Anciãos’, por sua atuação, ‘episcopos’” – “die ihrer Stellung nach ‘Älteste’, ihrer Tätigkeit nach ‘Episkopen’ (genannt werden)” – (italico meu) (*ibid.*, 321).

⁹ Para o que se segue, cf. Cattaneo. Ob. cit. (*I ministeri*), 98-102.

¹⁰ Cf. *Didaché* 15,1 (*SChr* 248, 192-193).

A *Carta de Clemente aos Coríntios* (escrita entre os anos 95 e 98) não faz apelo à autoridade de um episcopo único. Clemente entende-se meramente como porta-voz do conselho presbiteral de Roma e tem consciência de escrever a carta não em nome pessoal, mas em nome de sua Igreja, fundada no martírio de Pedro e Paulo e cuja missão é servir à unidade de todas as Igrejas.¹¹ No *Pastor de Hermas* (cerca do ano 140), o ministério aparece claramente no sentido coletivo, pois fala de “chefes da Igreja” no plural.¹² Esses chefes são certamente os presbíteros de quem se diz que dirigem a Igreja.¹³ Policarpo de Esmirna († 167) só conhece presbíteros e diáconos em Filipos, embora ele mesmo seja considerado bispo.¹⁴ Inácio de Antioquia († entre 110-117) é a única testemunha do monepiscopado no século II. Será indício de que esse tipo de ministério começou em Antioquia e daí se espalhou pela Ásia e depois por todo o mundo? Nesse sentido, torna-se significativo que, em sua *Carta aos Romanos*, Inácio não mencione um bispo em Roma. Mas, ao apresentar-se como bispo da Síria, sem mais explicações, supõe que os romanos saibam o que era um bispo. O testemunho isolado de Inácio sobre o episcopado leva os pesquisadores a buscarem outra data para suas cartas. Enquanto tradicionalmente se considerava que Inácio havia sofrido o martírio em 107, novos pesquisadores propõem datas de 110 a 130, e mesmo 160; outros consideram que,

¹¹ Cf. Jaubert, Annie. Introduction à Clément de Rome, Epître aux Corinthiens (*SCBr* 167, 13-96; aqui: 90).

¹² Cf. Hermas. *O pastor*, Vis. II, 2, 6 [6,6] (*SCBr* 53, 92-93); III, 9, 7 [17,7] (*SCBr* 53, 124-125) (Trad. bras.: *Padres apostólicos*: Clemente Romano. Inácio de Antioquia. Policarpo de Esmirna. O pastor de Hermas. Carta de Barnabé. Papias. São Paulo: Paulus, 1995).

¹³ Cf. *ibid.*, Vis II 4, 2-3 [8,2-3] (*SCBr* 53, 96-97). Note-se que Hermas não distingue episcopos e presbíteros. Pelo menos uma vez, os episcopos parecem ser diáconos, pois são identificados como encarregados dos órfãos e viúvas: *ibid.*, Sim. IX, 27,2 [104,2] (*SCBr* 53, 356-357).

¹⁴ Cf. Policarpo de Esmirna. *Carta aos Filipenses* 5, 2-3; 6, 1; 11, 1 (*SCBr* 10, 210-211; 218-219) (Trad. bras.: *Padres apostólicos*. Ob. cit.).